



09 A 13 DE NOVEMBRO DE 2020
ENTERRAR OS MORTOS: ENTRE CORPOS E MONUMENTOS
BURY THE DEAD: BETWEEN BODIES AND MONUMENTS

Weidila Nink Dias¹

Resumo:

Este trabalho propõe um olhar para o luto e a morte em contexto pandêmico, em que os corpos das vítimas do Covid-19 não puderam ser enterrados pelos familiares com os tradicionais rituais, resultando em um luto coletivizado. Tendo como referência Castillo (2011), Cavas (2012) e Sennet (1997), no que se refere a relação entre sujeito e o espaço público, Freud (2010a; 2010b) e Lacan (1996; 2005; 2008) como concepção do sujeito, do desejo e da perlaboração, e o mito de Antígona, tragédia de Sófocles, pretendemos analisar o luto e a morte discutindo a ereção de monumento em espaço público como lugar de símbolo e de simbolização. Com o impedimento do ritual funerário, com covas coletivas, com caixões fechados, que lugar para a humanização dos corpos? Com essa pergunta no centro, levantaremos reflexões sobre os efeitos da pandemia na produção da subjetividade, reafirmando o compromisso ético com a sociedade, apontando saídas e construindo um lugar para a singularidade.

Palavras-chave: Pandemia. Luto. Psicanálise. Monumento. Espaço Público.

Abstract:

This work proposes a look at mourning and death in a pandemic context, in which the bodies of the victims of Covid-19 could not be buried by family members with traditional rituals, resulting in collectivized mourning. Taking Castillo (2011), Cavas (2012) and Sennet (1997) as a reference, regarding the relationship between subject and public space, Freud (2010a; 2010b) and Lacan (1996; 2005; 2008) with the subject's conception, of desire and perlaboration, and the myth of Antigone, Sophocles' tragedy, we intend to analyze mourning and death by discussing the erection of a monument in public space as a place of symbol and symbolization. With the impediment of the funerary ritual, with collective graves, with closed coffins, what place for the humanization of bodies? With this question at the center, we will raise reflections on the effects of the pandemic on the production of subjectivity, reaffirming the ethical commitment to society, pointing out ways and building a place for singularity.

Key words: Pandemic. Mourning. Psychoanalysis. Monument. Public space.

Introdução

Ao propor uma leitura sobre a pandemia e as mortes provocadas pela doença Covid-19, várias podem ser as abordagens ou os pontos de partida. É possível abordar as estatísticas, analisar os perfis dos sujeitos mais atingidos por essa pandemia, fazer recortes aqui e acolá, olhar por vários ângulos ou perspectivas. Todos esses estudos são importantes, todavia, no presente trabalho optou-se por abordar a pandemia a partir dos processos de luto e morte, tendo como pano de fundo a

¹ Psicóloga. Movimento Psicanalítico Rondônia-Acre. E-mail: weidilanink@gmail.com.



09 A 13 DE NOVEMBRO DE 2020

teoria psicanalítica.

Essa opção se justifica em primeiro lugar, por consistir em um tema ainda pouco elaborado, não apenas em termos teóricos, mas propriamente em termos significantes, na simbolização da morte, marcada pela ilusão da suposta imortalidade do corpo humano. Em segundo lugar, porque as trilhas percorridas através dessa discussão desembocam na linguagem, pois a morte e o morrer do humano, o processo de morrência inerente à vida, se diferencia de outras mortes pelo símbolo e pela linguagem. Em terceiro, porque a pandemia reclama atenção para um saldo que não é apenas capital: são lutos e pesares com os quais nós, sujeitos enredados nesse discurso, deveremos nos haver.

Estamos (ainda) em um período pandêmico. Pessoas foram enterradas em valas comuns, em caixões fechados. Familiares não puderam velar seus entes pelos riscos de contaminação. Mortes foram comunicadas em boletins médicos no final do dia. Pessoas foram comprimidas em números alarmantes. Diante de tal exposição ao real da morte, produziu-se o questionamento: com os impedimentos de rituais funerários, com enterros em covas coletivas, com caixões fechados e o distanciamento das pessoas, que lugar para a humanização dos corpos?

Com essa pergunta no centro, propomos lançar um olhar para o luto e a morte em contexto pandêmico, em que os corpos das vítimas do Covid-19 não puderam ser enterrados da mesma forma que antes da pandemia, resultando em diferentes vivências de luto.

Assim sendo, este estudo constitui-se de abordagem qualitativa, adotando como referências Freud (2010a; 2010b) e Lacan (1996; 2005; 2008) com a concepção de sujeito nas suas relações com a morte, incidindo no registro simbólico, Castillo (2011), Cavas (2012) e Sennet (1997), no que se refere a relação entre sujeito e o espaço público, e o mito de Antígona, tragédia de Sófocles (2014).

Constituirá um desafio aliar os temas que se levantam para este trabalho. Espera-se que, com o referencial adotado, possa-se discutir sobre lugares simbólicos e concretos para o recordo, para o símbolo propriamente dito, somando a isso seus efeitos na vivência do luto e da relação com o outro.

Deste modo, este trabalho divide-se em quatro seções. Na primeira, apresenta-se uma possibilidade de leitura da tragédia de Sófocles, a Antígona. Em seguida, aborda-se a tragédia contemporânea, a pandemia. Adiante, o tema é o espaço público e a relação cidadina com os espaços reservados para os mortos, tencionados com as contingências do cenário de crise. Por fim, fechando o texto, reserva-se um espaço para recordar, repetir e elaborar, retomando as contradições entre cada tópico e acentuando as perspectivas desenvolvidas.

Antígona: tragédia e catarse

A tragédia grega, tão potente em apresentar a visão do povo que a concebeu, tem um papel fundamental de apontar conflitos entre as leis objetivas e os desejos humanos. A sua dimensão histórica, enquanto produção cultural de uma época, e sua função metafórica fazem dela viva, constantemente relida e remontada em novas elaborações.



09 A 13 DE NOVEMBRO DE 2020

De acordo com Cánovas (2014), esse tipo de drama nasceu como produto da pólis grega, ligada ao culto ao deus Dionísio, tendo, portanto, caráter religioso e político. Nas suas palavras, o “trágico nasce precisamente quando o ser humano ultrapassa seus limites, advindo daí a punição desmedida, para que a ordem cósmica seja restabelecida” (CÁNOVAS, 2014, p. 13). Sendo assim, o que está em jogo nas tragédias gregas, dentre as quais a peça de Sófocles, é um conflito entre as leis, que não podem ser perturbadas, nem mesmo pelos deuses.

Por dizer de uma desordem de ordem objetiva, a tragédia não pode ser lida como retratando conflitos internos. Desse modo, os heróis trágicos inquietam-se com aquilo que está em desacordo com as leis naturais, sem que esteja necessariamente posicionado numa concepção subjetiva de conflito. Para Bornheim (2007), o herói trágico afeta as relações entre humanos e deuses, portanto, suas ações se situam no campo objetivo.

Nessa dimensão conflitiva, ambivalentemente, a tragédia pode ser situada junto à catarse, pela sua função dialógica, semelhante ao uso que Freud e Breuer fazem do termo nos estudos sobre a histeria, de uma descarga através da fala (Lacan, 2008), mas é político também pois se refere às relações de uma sociedade com as leis. Catártico, porque o que está em jogo é a expressão, quase confissão, dos desejos, e político, porque indica os castigos a que estão sujeitos aqueles que desrespeitam as leis fundamentais. A tragédia é, nesse sentido, uma criação literária que estava historicamente atrelada à purificação e à expurgação.

Nesse ponto se insere Antígona: uma peça trágica escrita por Sófocles por volta de 440 A.C., em que o que está em jogo é o direito divino de enterrar e ser enterrado, de receber as honras fúnebres. A trama tem como personagens Antígona, Ismênia, Polínicos e Etéocles, filhos de Édipo com Jocasta, mãe dele.

De acordo com a tradição Creonte, irmão de Jocasta, ocupa o trono enquanto os filhos de Édipo alcançam idade para ocupá-lo. Alcançando a idade, eles decidem governar alternadamente. Chegado o momento de Etéocles entregar o trono ao irmão ele se nega, resultando em uma batalha que levou ambos à morte.

Creonte, ocupando agora o trono, proíbe que sejam prestadas as honras fúnebres a Polínicos, considerado traidor, enquanto Etéocles seria enterrado com todos os rituais. Antígona revolta-se contra Creonte e reclama o direito de enterrar o irmão, ainda que pagando com a própria vida. Dessa forma, desobedecendo as leis humanas, fazendo o enterro dele, ela foi condenada à morte.

Para compreender a importância que os gregos davam ao ato funerário, apoiamo-nos em Cánovas (2014, p. 17): “O dever sagrado dos cidadãos de sepultar os seus mortos está associado às condições necessárias para entrar no Hades”. Antígona apegava-se à sua consciência e ao seu dever como cidadã, testemunhada na sua declaração: “De fato, não nasci para partilhar o ódio, mas o amor” (SÓFOCLES, 2014, p. 44). Seu ato se opôs com veemência à desumanização do corpo do irmão: ele, que seria tratado como um animal, como carniça, pôde, através do ato de Antígona, ser enterrado de forma humana.

Na obra de Sófocles, o que vemos é uma criação literária que indica que o corpo humano não pode ser abandonado aos cães e às aves de rapina. O corpo humano, o cadáver, se diferencia justamente aí da carniça, do corpo de um animal, sem linguagem, sem significante, sem nome



09 A 13 DE NOVEMBRO DE 2020

próprio. A morte por que passa Polinices, não é só a morte do corpo, mas a desumanização, uma vez que ele não pode ser homenageado, chorado, lembrado e tampouco nomeado.

De acordo com Lacan (2005, p. 36), a “lápide ou qualquer outro sinal de sepultura merece exatamente o nome de “símbolo”. É algo humanizante”. Ou seja, a sepultura pode ser recortada como pertencente ao registro simbólico, isso porque ela presentifica, prolonga a existência do objeto, conserva-o a partir da palavra, do nome próprio, em outras palavras, situa-o na linguagem.

Com Lacan vemos que o sujeito se constitui a partir da linguagem. É na relação com o outro que ele se insere no campo do simbólico e, mais ainda, ele se insere no mundo humano. Através da linguagem, o sujeito se constitui e pode fazer “subsistir em uma certa permanência tudo o que durou como humano, e, antes de tudo, ele próprio” (LACAN, 2005, p. 36).

A morte “no registro narcísico está bem mais perto desse elemento de nadificação final” (LACAN, 2005, p. 38), o que leva o sujeito a afastar-se daquilo que o lembra desse fim vindouro, especialmente quando esse fim representa uma morte simbólica, como é o caso de Polinices e de tantos outros nas tragédias reais, vaporizados – para empregar os termos de Orwell, em referência ao caráter político dessa outra morte.

A tragédia de Sófocles permite compreender os fios que tecem a humanização do corpo e do cadáver em seu sentido mais concreto, pois todo aquele que se opõe ou contraria as leis e o direito divino de ser conservado enquanto símbolo, de não ser tratado como animal, de ter uma lápide com seu nome, receberia o mesmo destino que foi reservado a Creonte.

Pandemia: a tragédia contemporânea

Doughty (2018) discorre sobre como as pessoas têm se empenhado em afastar a morte. Ela aponta que a cada segundo morrem duas pessoas no mundo (número certamente maior no presente), mas mesmo assim, as pessoas ignoram completamente essa informação.

Então, ela propõe uma reflexão: imaginando que ninguém morresse durante um ano e no último dia uma cidade inteira caísse morta, seria possível continuar ignorando? Talvez possamos pensar a cena que se monta com a disseminação em escala global da doença coronavírus por esse ângulo. Com tantas mortes em tão curto tempo, ficou impossível ignorar a realidade da morte.

A pandemia pela doença Covid-19 atingiu em cheio o ano de 2020. Todos os países do mundo foram de alguma forma afetados pelo que pode ser considerado uma das maiores crises de saúde pública de todos os tempos. Um vírus com enorme potencial de disseminação causou a morte de milhares de pessoas e, consequentemente, demandou um afastamento social como principal medida de precaução e de sobrevivência.

Em muitos lugares, entre idas e vindas, os comércios foram fechados, escolas e faculdades esvaziadas, espaços frequentados por várias pessoas simultaneamente foram proibidos de funcionar. Dentre esses espaços, os velórios foram limitados em número de pessoas e os velórios de mortos em decorrência da contaminação pelo coronavírus foram proibidos, objetivando diminuir os riscos de contaminação.

Além desses limites com vistas a evitar aglomeração de pessoas, no presente cenário o



09 A 13 DE NOVEMBRO DE 2020

número de enterros decorrentes da Covid-19 cresceu exponencialmente, chegando a causar colapsos em cemitérios. Em muitos lugares a quantidade de enterros acontecendo diariamente exigiu que se abrissem novos cemitérios ou que fossem adotadas as valas comuns como saídas para a superlotação.

Estas situações foram amplamente divulgadas nos veículos de informação e causaram uma comoção generalizada. Os números alarmantes de mortos também promoveram um enorme mal-estar (escrevo em janeiro de 2021, quando constam quase 215mil mortos apenas no Brasil).

A peça trágica da contemporaneidade, orquestrada pela vacilante atuação dos agentes sociais coloca-nos diante da banalização e do risco iminente de morte. A morte espregueada. Desamparados, sem poder enterrar e sem lugar para prantejar os mortos. Tudo isso pode incidir na vivência do luto.

Em Luto e melancolia, Freud define que “Via de regra, luto é a reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar, como pátria, liberdade, um ideal etc.” (FREUD, 2010b, p. 128). Comporta, assim, um doloroso abatimento e a perda do interesse pelas coisas que não lembram o objeto perdido. O luto seria, portanto, essa *catexia* (fixação, ligação) ao objeto perdido ou pessoa pranteada. Viver o luto implica, necessariamente, recordar.

Diante do cenário apresentado, nessas valas comuns, nesse grande número de mortes, com tantos lutos vivenciados, o que restará? Como se constituirá o lembrar sem enterros individuais, sem um lugar para chorar e sentir a perda?

Pode-se supor que a introjeção do objeto dê conta da demanda de um lugar, uma vez que o objeto existe ali dentro do enlutado. Mas a relação se torna ainda mais complexa se observados os deslocamentos subjetivos decorrentes da perda, de levantar e *consagrar* um lugar para o recordo: lugar que permite recordar e nomear, mas também esquecer; que porta o Nome Próprio daquele que morreu e que possibilita dirigir-se a ele.

A morte no espaço público

O cenário apresentado devolve-nos o questionamento inicial: com os impedimentos de rituais funerários, com enterros em covas coletivas, com caixões fechados e o distanciamento das pessoas, que lugar para a humanização dos corpos?

Para responder a isso levantamos uma reflexão sobre a morte em suas ocupações do espaço público. É preciso compreender em que alicerces se apoiam as relações das pessoas e da cidade, da cidade com os monumentos, dos sujeitos com o espaço público.

Ao propor uma narrativa histórica sobre a cidade, Sennet (1997) parte de como os cidadãos experienciavam a política da época incidir em seus corpos. Ele evidencia como as construções levavam em conta os corpos e seus movimentos, constituindo as veias da cidade, e ainda como as obras públicas sinalizavam o poder e os heróis historicamente importantes.

Da mesma forma, para Cavas, a arte pública, em especial o monumento, faz parte da trama e da política cidadina. “Si la tendencia del arte público ha sido tramarse con el tejido mismo de la ciudad y generar utopías sobre mundos de vida posibles a través de la crítica, el monumento ha



09 A 13 DE NOVEMBRO DE 2020

generado una tensión inversa que adeuda una relación con el propio contexto específico en que se asienta” (CAVAS, 2012, p. 14).

O monumento é um lugar erguido e transformado em algo significativo e que, por ser habitado, transitado, é capaz de transformar a memória própria e alheia em um ritual. É “um documento capaz de expor eventos coletivos passados, contendo tanto a história objetiva de seus habitantes, quanto sua associação com a memória dos sujeitos”. (CAVAS, 2012, p. 21, [tradução nossa]).

Sendo assim, a arte no espaço público, sobretudo os monumentos, cuja forma fálica, em termos psicanalíticos, indica de antemão que se trata de uma relação de poder, tem relação com a construção da paisagem política e social, indicando hierarquias e personagens importantes – pelo menos do ponto de vista do sistema político vigente – de um determinado lugar. Além disso, ela se refere à memória de um povo, tanto dos sujeitos unos quanto da coletividade, que constrói a sua história na medida em que interage com o espaço público.

Segundo Castillo,

[...] o monumento como sistema de difusão simbólica utilizado para inscrever socialmente os preceitos e ideais que estabelecem a ordem, que visa torná-los carne entre seus habitantes para garantir a sobrevivência da ordem social e assim dar a continuidade necessária e inerente a qualquer organização humana, permitindo espantar as ameaças que ameaçam a sua estabilidade e possibilitando pensar num futuro possível cimentado no passado (CASTILLO, 2011, p. 11, tradução minha).

Aquilo que está cimentado, fundado e cerceado na história coletiva permite, então, pensar no futuro. Do mesmo modo, ao propor a reflexão sobre as lápides, propomos simultaneamente um olhar para os símbolos que circulam e que fazem circular a palavra das pessoas que ali transitam.

As lápides, como Lacan apontou, constituem símbolos propriamente ditos. Elas prolongam a existência no mundo humano daquilo que não está mais presente, como uma representação daquele objeto perdido, do ente e do ser que não está mais em vida. Mas a nossa relação com a morte, frequentemente arredia e distanciada, faz com que os cemitérios, fiquem longe da cidade. Tirar estes monumentos fúnebres do alcance dos olhos é uma forma efetiva de tentar enganar a morte e negar, na mesma leva, a finitude da vida.

Monumentos são, portanto, no contexto aqui analisado, símbolos, representações das pessoas enterradas conforme *as leis divinas*, que tanto Antígona quis preservar. Leis divinas que correspondem, no nosso ponto de vista, às leis da linguagem, do significante e da manutenção da humanidade.

Deste modo, o monumento é como “um elemento que diferentes culturas têm levantado com o objetivo de afastar o esquecimento e estabelecer um espaço de memória” (CAVAS, 2012, p. 22, tradução minha), ou seja, um lugar que previne o esquecimento, mas que ao mesmo tempo promove esse esquecimento, pois fixa um lugar para lembrar. Permite, portanto, que a vida siga apesar dos pesares, apesar das dores e das feridas sociais.



09 A 13 DE NOVEMBRO DE 2020

Através dos deslocamentos subjetivos para um lugar de recordo, os sujeitos poderiam abrir lugar para novas elaborações do espaço e da vida.

Em última análise tenciona-se a construção de monumentos coletivos demarcando a morte em valas comuns no presente contexto. Por essa via constituir-se-ia uma coletivização do luto e da morte, que poderia resultar, considerando uma das possibilidades, numa elaboração e no fortalecimento dos laços entre sujeitos, comunidade e cidade.

De um instrumento contra hegemônico, subverte-se os códigos de valorização dos *heróis* do poder dominante. Da mesma forma que os cemitérios e sua arquitetura, tão importantes para os vivos, portam o símbolo daquele que morre, que faz com que ele seja prolongado enquanto existência, o monumento poderia ser usado para simbolizar aqueles sujeitos que marcaram a história de uma comunidade, como um registro simbólico concretizado.

Tanto no cemitério quanto no espaço público, nos crematórios, nos números, trazendo as palavras de Doughty (2018, p. 15), “Tem pessoas lá dentro agora, pessoas *mortas*”. Foram sujeitos desejanter, sofrendores, apaixonados e com muitas histórias. Da mesma feita da lápide, um monumento coletivo poderia significar um lugar concreto, cimentado, base para permitir a perlaboração do luto.

Recordar, repetir e perlaborar

Esse é o título de um famoso texto de Freud. Para ele, o esquecimento atinge alguns conteúdos, majoritariamente traços mnemônicos infantis. Essas memórias são encobridas por novas lembranças em que se conserva o essencial do conteúdo reprimido. Freud entende que, em análise, os sujeitos recordam em ato, o que ele chama de compulsão à repetição. “Quanto maior a resistência, tanto mais o recordar será substituído pelo atuar (repetir)” (Freud, 2010a, p. 150).

Nesse sentido, é preciso recordar, ainda que em ato, ou seja, em repetição, para que seja possível (per)laborar. A perlaboração (como pôde ser traduzido original *durcharbeiten*, também publicado como elaborar no português brasileiro) significa prosseguir o trabalho apesar de: apesar dos sintomas, das resistências, dos esquecimentos e das dificuldades encontradas durante o trabalho. Há uma continuação, uma implicação, mecanismo que também incide no trabalho do luto.

A existência de um sujeito é conservada a partir do nome. Enquanto existir alguma testemunha viva – palavras, pessoas, registros – terá havido um sujeito. Para isso servem as lápides, os monumentos, os sobrenomes, as filiações. Coisa que o ditado popular expressa bem: ter um filho, plantar uma árvore, escrever um livro. Todos indicam o mesmo, a inscrição da subjetividade no mundo, impossibilitando o apagamento total e a completa destruição que tanto angustia o narcisismo.

Todos nós teremos de nos haver com os lutos produzidos pela pandemia. Não há para onde correr. Mas se não houve rituais para os cadáveres, como prantearemos nossos mortos? Seremos como Antígona que, através da transgressão, exige um lugar simbólico para os seus? É o que está em jogo quando dialogamos sobre a ereção de monumentos (em um lapso, escrevi *documentos*) em espaço público. Perlaborar em coletivo o luto e protestar um lugar público de ressignificação



09 A 13 DE NOVEMBRO DE 2020

da vida e da morte.

Se como Doughty (2018) sugere os rituais fúnebres e a relação que uma sociedade estabelece com a morte fala também da sua relação com a vida, no presente é bastante comum ver cemitérios afastados da cidade, cuidados com os cadáveres em espaços restritos, hospitais extremamente cuidadosos em não expor suas falhas (já que os mortos são interpretados como falhas), enfim, a vida é conduzida em paralelo com a morte, sem que os sujeitos se atentem da sua mortalidade.

Se no cotidiano e nos passeios públicos a arte é transformada e atualizada a todo o tempo a partir da interação humana – o que não deixa de ser uma interação linguageira – um monumento-lápide, monumento-fúnebre, deverá marcar o espaço de garantia da sobrevivência do significante. Nem estático nem cristalizado, porque a arte, em si, não o é, mas um espaço dinâmico, do qual os sujeitos possam se apropriar simbolicamente, tomando novos sentidos e reescrevendo sua história, recordando para perlaborar.

Neste trabalho buscamos erguer debates sobre o símbolo e a linguagem como o que constitui o mundo humano por excelência. Com a pandemia, tantas (im)possibilidades no cuidado com os mortos, insere-se em nós uma urgência de pensar na finitude, na morte e, consequentemente, na vida.

Como Antígona, lutando para dar as honras fúnebres ao seu irmão, e como humanos em processo de morrência, evitamos a nadificação final, que tanto angustia e incide no narcisismo. Para isso, criam-se mecanismos de negação da morte, nos afastamentos dos cemitérios, na tentativa de enganar a morte em não falar dela. Esses processos não puderam ser mais efetivos na medida em que a pandemia expôs a realidade da morte.

Nessa condição de mortais, o humano busca construir símbolos para prolongar a existência de tudo aquilo que existiu, inclusive dele mesmo. Nesse registro se inserem as lápides, os monumentos, os cemitérios, enfim, toda paisagem que representa pessoas. Todavia, o contexto da disseminação do Covid-19 impediu boa parte dos rituais, intervindo sobremaneira na forma como as pessoas vivenciam seus lutos.

Portanto, esse trabalho buscou discorrer sobre o lugar da humanização dos corpos, seja nas testemunhas de sua existência, seja nas lápides, nos mitos ou, em tensão com o espaço público, nos monumentos.

A pandemia certamente não será esquecida. Mortes, distância, saudade. Esse último, termo intraduzível, não tem correspondentes, não tem significantes. Denota o que há de mais estrutural no sujeito: a falta. A falta é aquilo que coloca o sujeito em causa (LACAN, 1996). É o que faz desejar.

A falta nunca poderá ser preenchida, é estruturalmente um furo que não tem complemento, não pode ser tampado. Mas é justamente por essa falta que continuamos existindo e desejando, em constante movimento em busca do suposto objeto perdido, que viria finalmente completar esse furo. A falta é constitutiva. Sem ela não seria possível o desejo. É isso que permite a continuação da vida.



09 A 13 DE NOVEMBRO DE 2020

Referências

- BORNHEIM, G. Breves observações sobre o sentido e a evolução do trágico. In: _____. **O sentido e a máscara**. São Paulo: Perspectiva, 2007;
- CÁNOVAS, S. Y. M. Prefácio. In: SÓFOCLES. **Antígona**. São Paulo: Martin Claret, 2014;
- CASTILLO, F. S. **El arte de la historia**. Santiago: Universidad de Chile, Ediciones Departamento de Artes Visuales, 2011;
- CAVAS, M. Á. C. **Del monumento al lugar: relaciones y apropiaciones entre escultura pública y ciudad**. 2012. Tese (Mestrado). Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2012;
- DOUGHTY, C. **Confissões do crematório: lições para toda a vida**. São Paulo: Darkside Books, 2018;
- FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. In: _____. **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a;
- FREUD, S. Luto e melancolia. In: _____. **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b;
- LACAN, J. **O seminário: livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954**. Estabelecido por Jacques-Alain Miller, Versão brasileira Betty Millan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996;
- LACAN, J. **Nomes-do-Pai**. Tradução André Telles; Revisão técnica Vera Besset. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005;
- LACAN, J. **O seminário: livro 7: a ética da psicanálise, 1959-1960**. Estabelecido por Jacques-Alain Miller; Versão brasileira Antonio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008;
- SENNET, R. **Carne y Piedra: el cuerpo y la ciudad en la civilización occidental**. Madrid: Alianza Editorial, 1997;
- SÓFOCLES. **Antígona**. Tradução Sueli Maria de Regino. São Paulo: Martin Claret, 2014;